

Historiografia inglesa em revista: A interpretação da história científica na *English Historical Review* – de 1886 a 1902

Leonardo de Jesus Silva
Mestrando em História pela
Universidade Federal de Goiás
Bolsista Reuni.
Email: leonardosilva9@hotmail.com

Resumo.

A compreensão das ideias do primeiro periódico inglês dedicado ao estudo da História, sobre a forma como vinha se estabelecendo na Europa na segunda metade do século XIX, pode ser inserida em um debate da história intelectual e da história das ideias. Esse estudo, com os conceitos de ciência da história ou de história científica é o nosso principal objetivo. Nesse sentido, para a tarefa de compreender as ideias presentes nos textos da *EHR* considero o método de Quentin Skinner, o contextualismo linguístico e a reflexão sobre a história dos conceitos de Reinhart Koselleck como temas de problematização com a fonte. A pergunta que nos guia é a de como descobrir o significado dos textos selecionados da Revista. Uma conjugação dos textos, dos principais autores e o contexto da história profissional e científica da Revista Histórica Inglesa poderá oferecer uma compreensão de sua produção teórica e do seu processo de cientificização histórica.

Palavras- chave: historiografia inglesa, história científica, história intelectual.

O objetivo deste trabalho é tratar de dois momentos de minha pesquisa. Uma parte mais empírica voltada para a catalogação, descrição e análise da produção historiográfica da *English Historical Review* (*EHR*). A outra parte uma reflexão a partir do referencial de uma história intelectual que será trabalhado sobre a reflexão teórica presente na Revista. Dessa forma pode parecer que há uma distância necessária entre as duas partes. O que não reflete nossa postura. Essa é apenas uma maneira de dar conta dos desafios e problemas colocados em nossos estudos com a Revista Histórica Inglesa.

Na primeira parte quero demonstrar o perfil da história produzida no periódico. Ele nos fornecerá a base, a concretude de onde poderemos partir para uma reflexão mais teórica, possibilitando um alicerce para respondermos suas questões. Além dos gráficos e descrições de alguns textos para essa parte, quero indicar os estranhamentos durante a pesquisa e os desafios e questões que se ergueram em nosso trabalho. Na segunda parte essas questões ficarão mais significativas quando percebermos que só quando reunirmos o sentido ou motivo do historiador, o texto construído e o contexto da *EHR* no cenário da história acadêmica inglesa é que será possível indicar o significado de seus textos.

Uma mesma pergunta perpassa esses dois momentos: como a reflexão teórica da história foi desenvolvida por esses historiadores? Nesse sentido estamos pensando na reflexão teórica que foi produzida. Mesmo que em alguns momentos ela seja implícita.

As carências oriundas da reflexão teórica metodológica atual, com o recorte temporal e espacial que utilizamos, poderão ser refletidas com essa profissionalização que quer dizer também cientificação. A referência às carências determina a influência metodológica que seguimos, o paradigma narrativista de Jörn Rüsen. Ela diz respeito às carências de orientação de nossa vida humana prática, decorrentes das experiências da contingência na evolução temporal do mundo humano (RÜSEN, 2010, p. 162). Foi a partir das inquietações das definições de conceitos e escolas históricas, debate que percorre o século XX, que objetivamos estudar uma fonte. Interesse reforçado pela leitura de R. G. Collingwood, notadamente o “Ideia de História”, onde inclusive critica o período que estamos estudando da historiografia inglesa¹, e que nos oferece uma importante defesa do conhecimento histórico como forma legítima, outra, de pensamento científico em contraposição as ciências da natureza. A sondagem do espírito com os métodos da história, a partir da concepção de que, o que o historiador consegue conhecer são pensamentos que ele reconstitui com a imaginação histórica (COLLINGWOOD, 1989, p. 272). É um intencionalismo a que de certa forma estamos voltando ao tratar da metodologia de Quentin Skinner.

Com o estudo dos textos clássicos como o de Droysen, o “Manual de teoria da história” de 1858, Langlois e Seignobos, “Introdução aos Estudos Históricos” de 1893, ou o já mencionado Collingwood, para citar alguns poucos exemplos, e agora junto com o periódico que é contemporâneo a esses estudos queremos colaborar para o conhecimento dos momentos de fundação do pensamento histórico. Uma historiografia como a da *English Historical Review* oferece a oportunidade de percebermos a leitura de alguns textos e problemas que ainda são debatidos nos dias de hoje, a partir de uma perspectiva contemporânea do passado. Como afirmou Julio Bentivoglio em relação ao estudo de revistas históricas: elas podem ser instrumentos valiosos, não somente, para se reconhecer configurações historiográficas presentes em diferentes contextos no passado, como também expressam, inequivocamente, as inquietações dos historiadores no seu presente (BENTIVOGLIO, 2011, p. 100).

¹ Me refiro ao primeiro capítulo “Inglaterra”, da IV parte intitulada “A história científica”, onde se refere a um movimento que apesar de aspectos contrários não deixou de ser uma manifestação incoerente do positivismo, Collingwood (1989).

A *English Historical Review* teve seu primeiro número publicado em 1886, após décadas de debates e negociações sobre um periódico voltado para o estudo histórico. É o que nos indica Doris Goldstein. Desde meados das décadas de 1860 e 1870, James Bryce e Richard Green concebiam a idéia de uma revista histórica. O que será viabilizado com a aceitação de Creighton para ser o editor chefe, que traz consigo o apoio da editora Longmans. Também apoiaram a idéia A. W. Ward, Freeric Y. Powell e Lord Acton (GOLDSTEIN, 1986, p. 7).

Outros estudos referem-se a esse período como o momento de formação e difusão da história acadêmica.² Entre eles George Iggers, que associa o periódico inglês aqui referido dentro do modelo de história acadêmica que então imperava, seguindo notadamente o modelo alemão (IGGERS, 1997, p. 27). Nomes como Thomas Macaulay (1800-1859) ou Thomas Carlyle (1795-1881) não figurariam mais dentro das novas exigências metodológicas. E ficaram de fora do circuito historiográfico então estabelecido. É o que nos indica, por exemplo, Stephen Bann (1994).

A contraposição dos historiadores profissionais na Inglaterra é a história vitoriana. Por ser amadora, literária. A historiografia vitoriana tinha uma dimensão imaginativa didática e uma relação com o público de função cultural. Para Rosemary Jann o historiador “literário” com responsabilidade para formar, julgar e justificar era incompatível com o tipo de destacamento, imparcialidade e restrição obrigatorios da história profissional. Sua responsabilidade não era com os fatos, mas com os deveres como professor (JANN, 1985, p. XXVII-XXVIII). Entre os vitorianos estariam além de Macaulay com sua história de influência *whig*, e Thomas Carlyle com o culto ao herói, também James A. Froude (1818-1894), Richard Green (1837-1883) e até Edward Freeman (1823-1892), que figura entre um dos principais historiadores da *Review*. Em relação a noção *whig*, segundo Herbert Butterfield, ela diz respeito a uma atitude com o passado como filiação política, uma tendência de julgar os eventos com o grau que eles levam a condição do presente (BUTTERFIELD, 1965, *apud* JANN, 1985, p. 78).

O primeiro editor da Revista Inglesa é o Professor de História Eclesiástica em Cambridge e também Bispo de Londres Mandell Creighton. A Revista possuía, e ainda possui, publicação quadrimestral. Nos primeiros anos é distribuída não somente em Londres, mas também em Nova Iorque. Creighton é editor até 1891, quando se afasta e

² São exemplos também os trabalhos de Rosemay Jann, *The Art and Science of Victorian History* (1985); John Burrow no livro *A History of Histories*, no capítulo *A professional consensus: the german influence* (2008).

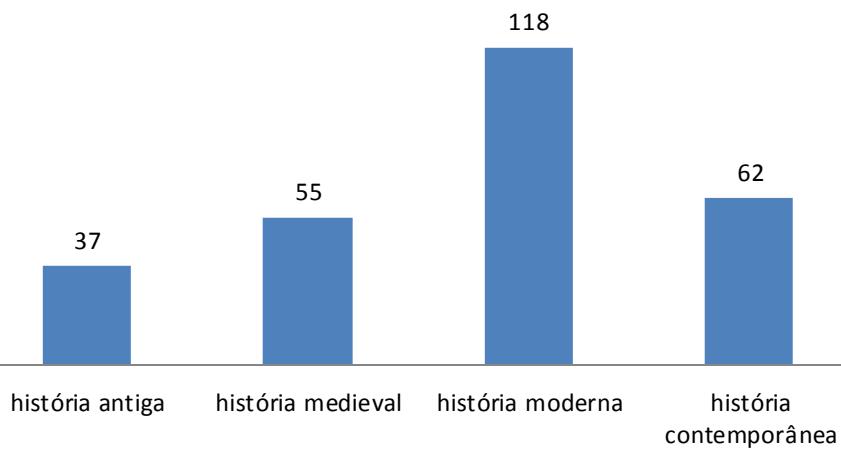
deixa o cargo nas mãos de Samuel Rawson Gardiner e Reginald Lane Poole. Samuel Gardiner permanece até 1901, no volume 16 como editor. A partir do volume 11, de 1896, o periódico é publicado também em Bombaim.

Entre as etapas e métodos de nossa pesquisa realizamos uma catalogação dos textos de cada volume. A revista é composta por uma sessão de Artigos que é a sessão principal e por uma sessão de Notas e Documentos. Além da sessão de Resenhas de Livros, que não focalizaremos por completo nesse texto, tendo em vista o espaço disponível e o objetivo de expor as diretrizes da pesquisa. Mas em determinados momentos as resenhas também serão contempladas. A maneira como construímos a ficha catalográfica acompanha a disposição dos títulos dos artigos no sumário de cada volume e a sequência dos textos das Notas.

Diante de um estranhamento inicial com a fonte que se revelou na constatação de não haver artigos que expressem de maneira direta os temas da reflexão teórica da história, estabelecemos uma classificação dos textos. Os textos da sessão de artigos foram classificados primeiramente na tradicional divisão quadripartite da história. Assim começamos a traçar o perfil da produção historiográfica da *EHR*.

Figura 1. Classificação dos Artigos por períodos:

1886-1902.



Podemos notar na Figura 1 a predominância de estudos na área de história moderna. Desde temas que remetam aos séculos XV, XVII da história inglesa até mesmo a história da América como os artigos de A. R. Ropes “As primeiras explorações da América, o real e o imaginário” no volume 2, de 1887, aos textos de

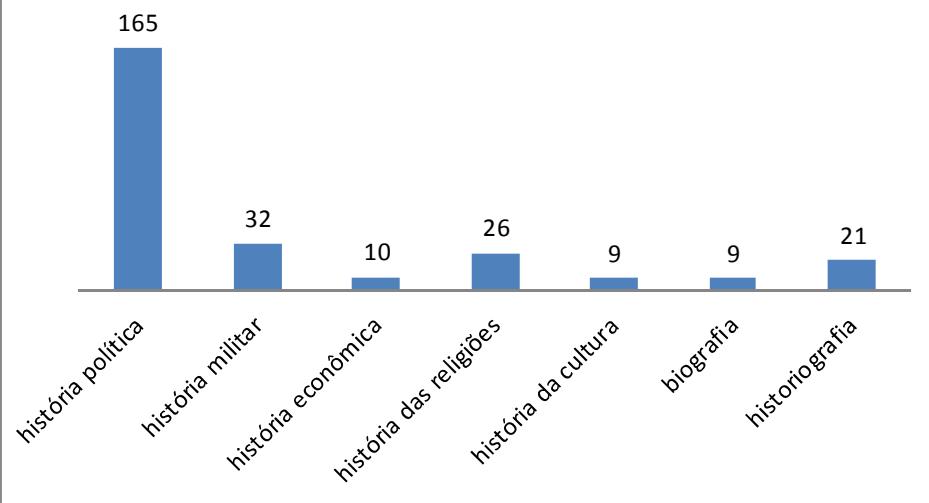
Rev. George Edmundson como “O Poder Holandês no Brasil I. A luta pela Bahia, 1624-1657” no volume 11 de 1896, são textos que enquadrados nessa classificação.

A segunda ênfase dada na revista nessa perspectiva, a história contemporânea, diz respeito aos textos que tratam de temas que datam a partir da Revolução Francesa. Englobei nessa área também os textos referentes a autores. O que no início considerei como uma espécie de história dos intelectuais ou história intelectual, mas que pode ser classificado também como textos de biografia. Posso apontar como exemplos os textos de Lord Acton “As escolas alemãs de história” de 1886, ou o artigo de James Bryce no volume 7 (1892), intitulado “Edward Augustus Freeman”, ou ainda o artigo de R. Garnett de 1901, volume 16, “Mandell Creighton, Bispo de Londres”. Esses textos são também notas obituárias. Foram compilados, boa parte, quando da morte do referido autor analisado.

As áreas de história antiga e medieval tem como destaque a produção de John H. Round e Frederic W. Maitland na segunda e Edward Freeman e John Bury sobre a história antiga. Textos esses de caráter mais nacional e político.

A classificação seguinte foi pautada nos temas dessas histórias. Lembrando inclusive uma concepção comum, uma generalização desregrada, de que só se produziu história política no século XIX. É sem dúvida o tema dominante nas histórias, mas não se restringe a ele totalmente. A escolha dos temas foi feita de acordo com o horizonte temático que conhecemos hoje e aquelas referências tiradas dos próprios textos da Revista. Nossa levantamento, apenas dos artigos até momento, revela algumas questões interessantes.

Figura 2. Classificação dos Artigos por Temas



A história política é em sua maioria sobre a história europeia, com as situações da França, Irlanda, os reinados ingleses de Elizabeth, Henrique III, Henrique VIII, Cromwell. Mas também história colonial internacional, com referências ao Brasil (como indicamos acima), a expansão napoleônica, o imperialismo inglês do final do XIX, entre outros. Essa representação da história política reflete um dos princípios da Revista e de um dos principais historiadores ingleses da época. No prefácio de 1886 é afirmado que embora seja uma visão limitada os estudos relacionados aos Estados e a política serão a parte principal de seus assuntos. Consideravam inclusive uma certa hierarquia entre os “fatos privados” e os fatos das “nações”.³ Essa visão da história política era defendida por Edward Freeman, autor do lema: “a história é o passado político e a política é a história presente”.⁴

A fatia história militar se refere a narrativa de batalhas, com análises de documentos, decobertas. Podem ser exemplificados os textos de Andrew Mac F. Davis “The employment of Indian Auxiliaries in the American War”, no volume 2. Ou “A campanha de Sedan”, de W. Connor Morris em 1888, ou o debate sobre a “Batalha de Hasting” com T. A. Archer, e John H. Round que faz referência ao trabalho de Freeman sobre esse assunto, no volume 9 (1894).

Mas o que gostaria de chamar atenção é a presença expressiva de artigos relacionados com a história das religiões, que nesse sentido são absolutamente cristãs. Por exemplo o texto do autor norte-americano, Henry Charles Lea, “O confisco das heresias na Idade Média”, no volume de 1887. Tem um artigo interessante do Rev. A. C. Headlam intitulado “Métodos do início da história da Igreja”, no qual o autor faz uma revisão historiográfica das origens da cristandade ou do cristianismo. Esse texto está no volume 14, de 1899. Outro exemplo é artigo de William Shaw sobre “O Presbiterianismo Elizabetano”, de 1888.

Outro grupo que chama atenção é o denominado história econômica. Concebi esse grupo a partir do momento que notei a presença de elementos referentes a sua prática. Não podemos definir com exatidão essas temáticas dentro da Revista, até porque nem mesmo para os historiadores de então isso já estava definido. No bloco da

³ States and politics will therefore be the chief part of its subject, because the acts of nations and of the individuals who have played a great part in the affairs of nations have usually been more important than the acts of private citizens (Prefatory Note, 1886, p. 3).

⁴ Segundo estudo de Rosemary Jann, Freeman teria encontrado esse seu “lema favorito” em conferências nos Estados Unidos, em 1881 (JANN, 1985, p. 172).

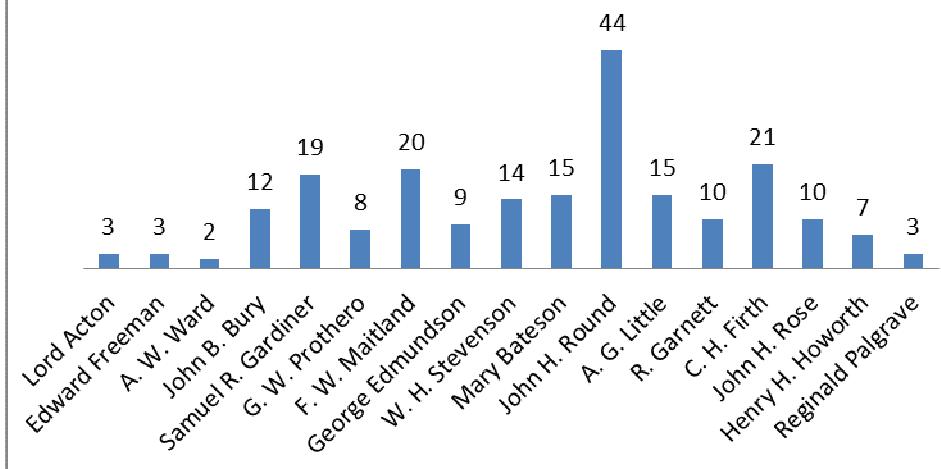
da história econômica que contabilizamos 10 artigos quero destacar o trabalho de William Cunningham “A repressão da fábrica de lã na Irlanda”, artigo publicado no volume de 1886. Trata-se da questão do desenvolvimento industrial inglês que teria reprimido, através de uma legislação do final do século XVII, as fábricas irlandesas. O autor investiga essa situação fazendo uso de dados, tabelas, números. E o exemplo de M. Oppenheim. Suas histórias são centradas na análise da armada ou marinha real britânica. No volume 6 (1891), aparece o artigo “A Marinha Real e Mercantil na época de Elizabeth”. Ele trata do desenvolvimento da construção naval britânica, relacionando quantidade de navios e os seus valores. Outros artigos de Oppenheim são: “A Marinha Real na época de Charles I”, volume 9 (1894), “A Marinha da República, 1649-1660”, volume 11 (1896).

A classificação história da cultura seguiu a descrição das fontes que encontramos em alguns artigos, como o de H. Parker no volume 5 (1890) “As sete artes liberais” - que seriam a gramática, a retórica, a lógica, a aritmética, geometria, astronomia e música. Ou o artigo de Hales “Shakespeare e os Judeus”, volume 9 (1894) e ainda Edward Tarham com o texto “Erasmo na Itália”, volume 10 (1895). Os artigos catalogados na categoria de biografia seriam aqueles que tratam de personagens históricos da história européia, como Thomas Wolsey, Richard Church, Sir Richard Bulstrode que Charles Firth escreve sobre suas memórias no volume de 1895.

Os artigos assinalados como historiografia são aqueles já mencionados que são espécies de notas obituárias. Mas que também indicam leituras e críticas dentro do debate historiográfico. Alguns desses trabalhos serão brevemente trabalhados logo mais, por agora indico os autores estrangeiros que são analisados nessa perspectiva: Gneist, por Prothero (vol. 3); Döellinger, por Acton (vol. 5); Fustel de Coulanges, por Edward Jenks (vol. 12); Heinrich Von Treitschke, por J. W. Headlam (vol. 12); “A lei criminal romana de Mommsen”, por Strachan-Davidson (vol. 16).

O próximo quadro, a figura 3, traz um levantamento de alguns dos principais historiadores da *English Historical Review* dos anos de 1886 a 1902. Esses nomes foram assim escolhidos devido ao conhecimento que temos deles na formação da historiografia profissional inglesa e pelo seu papel no periódico. Que podemos exemplificar de um lado com os casos de Edward Freeman, John B. Bury e Lord Acton e de outro lado, A. W. Ward, G. W. Prothero, John H. Round e Charles H. Firth.

**Figura 3. Publicações Artigos e Notas na EHR
1886-1902.**



Nesse perfil foram considerados também os textos publicados na sessão de Notas e Documentos. Chamo atenção para os nomes de Adolphus W. Ward e G. W. Prothero que participaram como editores do plano de Lord Acton, concebido em 1902, a *Cambridge Modern History*. Sendo esse um dos motivos do recorte da nossa pesquisa. Considerando inclusive que a nota introdutória da coletânea é de autoria de Mandell Creighton, o primeiro editor da *EHR*. Também a presença feminina de Mary Bateson, que possui artigos sobre história das religiões na Revista, como “A visitação do Arcebispo Warham nos monastérios, 1511” (vol. 6, 1891), merece atenção. Um episódio interessante que podemos indicar aqui rapidamente é o que envolve Charles Firth e Reginald Palgrave e que ocorre nos textos das Notas. Entre os volumes 3 e 4 os dois historiadores desenvolvem um debate acerca do tema “Cromwell e a insurreição de 1655”.

Essa breve descrição do conteúdo da revista ainda precisaria de mais algumas páginas para dar conta dos debates presentes entre os artigos e também nas notas. Além da descrição de cerca de 20 textos da sessão Resenha de Livros que poderia contribuir para essa primeira parte. Mas gostaria de tomar o segundo objetivo do presente texto, a parte de interpretação da fonte juntamente com uma reflexão metodológica.

Na minha pesquisa sempre busquei nos textos da *EHR*, qual, onde e como, era a referência aos temas da história científica. Logo, eu procurava onde aparecia a discussão teórica da história. Essa e outras questões que fazem parte da maneira como conduzimos

a pesquisa possui um debate com diferentes interpretações na tradição da história intelectual e da história das ideias. Como posso compreender esses textos selecionados da Revista? Como descobrir os significados dos textos?

Foi nesse sentido que surgiu o interesse pela metodologia de Quentin Skinner, a partir do momento que iniciei uma tentativa de enquadramento de nossa pesquisa na história intelectual. O circuito restrito dos historiadores, a exclusão de alguns, e o diálogo intertextual, intersubjetivo⁵ presente nos textos nos indicaria a formação de um “campo” intelectual. Assim, percebemos a necessidade de interpretar “o que um determinado autor estava fazendo ao dizer algo”, a intenção de um determinado historiador em uma passagem de seu texto. O que inicialmente trabalhamos com as resenhas da Revista. O privilégio de nossa pesquisa é tratar de textos que embora desconhecidos ou não tão consagrados, situam-se no interior dos debates da fundamentação do pensamento histórico.

A obra de Skinner insere-se nas reflexões da linguagem e concebe três elementos que acredito serem também essenciais para pensar o histórico da *EHR*: texto, autor e contexto.⁶ Por se tratar de textos publicados em periódicos considero que em uma abordagem que se pautasse nas formas tradicionais da história das ideias - ou textualista apenas ou contextualista apenas - cairia no risco de perder a “intertextualidade”. Para ter uma idéia, os historiadores considerados como os principais, assinalados acima, não publicaram seus trabalhos mais significativos na Revista. O que poderia resultar em exclusão dos textos desses autores publicados no periódico. Não desdenhamos os textos da Revista em nome dos “grandes textos” uma vez que, entre outras coisas, buscamos uma leitura da fonte. O que nos desvia das leituras já consagradas e talvez duvidosas. Além do fato de uma das principais

⁵ Essa idéia de intersubjetividade é inspirada na reflexão de Estevão Martins: Tem-se por certa a intersubjetividade de sentenças empíricas quando diversos observadores, sob condições comparáveis, chegam a resultados em princípio iguais, tendo contrabalançado [...] suas simpatias pessoais, idiossincrasias ou predisposições perceptivas [...]. Ambos os pólos do movimento de investigação – objeto e sujeito-, da realidade experiencial, devem ser interdependentemente em conta, se se quiser superar bitolamentos metódicos (MARTINS, Estevão. “O problema da objetividade nas ciências sociais”. *Revista Brasileira de Filosofia*. 1984, p. 155-156).

⁶ Alguns comentadores da obra de Skinner que me iniciaram nessa reflexão precisam ser lembrados: SOUZA, Vanderlei S. “Autor, texto e contexto: A história intelectual e o “contextualismo lingüístico” na perspectiva de Quentin Skinner”, em *Revista de História e Estudos Culturais, Fênix*. Vol. 5, ano V, nº 4, dezembro de 2008; SILVA, Ricardo. “O contextualismo lingüístico na história do pensamento político: Quentin Skinner e o debate metodológico contemporâneo”, em *Dados, Revista de Ciências Sociais*. Vol. 53, nº 2, 2010. Universidade Cândido Mendes, RJ.

características da revista analisada ser o contexto profissional científico da História. Que é pouco trabalhado no caso inglês. Esse contexto profissional pode ser indicado pelo prefácio de 1886:

Tem sido uma questão de observação e lamento que na Inglaterra, sendo o único entre os grandes países da Europa, onde não existe qualquer periódico dedicado a estudo da história. Embora o número de pessoas engajadas nesse estudo seja amplo e em constante crescimento; embora o trabalho feito seja tão profundo em qualidade como os de alemães, e provavelmente maior em quantidade que os de franceses ou italianos; embora as escolas históricas mais promissoras tenham sido desenvolvidas tardivamente em nossas universidades, os historiadores ingleses ainda não tem, como aqueles dos outros países, associações deles mesmos em um estabelecimento de alguma academia ou outra organização, nem fundaram nenhum jornal para promover seu objetivo comum (Prefatory Note, 1886, p. 1).

Mais que uma posição, o entendimento do contexto lingüístico é um caminho significativo para compreender a produção da *Review*. O que boa parte de seus textos nos oferece são diálogos, referências, debates. E acredito que esse foi um dos caminhos da construção da história científica. Isso significa pensar as intenções conscientes na relação do “escritor com a linguagem e a experiência sócio-histórica.” Não apenas o sentido das histórias que está nas estruturas do texto escrito.

Podemos descrever alguns exemplos do uso da metodologia com a nossa fonte. Por exemplo, no artigo de Lord Acton, “As escolas alemãs de história” de 1886, ao se referir ao trabalho de Ranke: “Uma nova arte de empregar autoridades é trazida com Ranke em 1824” (ACTON, 1886, p. 12). Nesse momento de seu texto Acton acabava de tratar da escola histórica e a partir dessa página e as próximas seis ele descarrega elogios e admiração ao método de Ranke. Após a referida passagem Acton indica “sete ou oito trabalhos que foram os sintomas da grande transição” (ACTON, 1886, p. 13). O que é essa grande transição? Chama atenção a “arte de empregar autoridades”. Provavelmente em relação ao uso das fontes. O método rankeano é de certa forma elogiado por Acton, ansioso por imparcialidade. Apesar de ser também cabreiro como indicaram Sérgio Buarque de Holanda, pois Acton censurava os intelectuais alemães que eram indiferentes aos princípios morais, e Hugh Tulloch, para quem a admiração de Acton da imparcialidade de Ranke era abalada devido a natureza de não julgamento de seus escritos históricos, de um ponto de vista ético e histórico (TULLOCH, 2006, p. 164).⁷

⁷ O texto de Sérgio Buarque é o consagrado estudo sobre Leopold von Ranke: *O atual e o inatual em Leopold von Ranke*. 1994, pela editora Brasiliense. Já o estudo de Tulloch faz parte do livro STUCHTEY, Benedikt; WENDE, Peter. *British and German Historiography, 1750-1950*. German Historical Institute London, Oxford University Press, 2006.

Outro exemplo, retirado também dos textos selecionados é o artigo intitulado “Fustel de Coulanges”, de H. A. L. Fisher. Ele se refere ao historiador-objeto de seu texto da seguinte forma: *The fact is that Fustel de Coulanges was a logician first and an historian afterwards* (FISHER, 1890, p. 2). A classificação feita pelo historiador pode sugerir uma determinada concepção de história. E que buscamos compreender para saber talvez qual o seu grau de influência.

Ainda nesse mesmo volume, de 1890, Lord Acton publica um artigo que possui uma passagem interessante. O texto faz referencia a Wilhelm von Giesebricht, em mais uma das notas obituárias, que podemos considerar como textos também biográficos e mesmo de uma história intelectual, que são constantes na Revista. Ao final do texto Acton escreve:

Se, tomindo outros exemplos e outros métodos em conta, os historiadores ocupam-se com tudo o que vai tecer a teia da vida social, então o trabalho de Giesebricht, assim como o de Ranke, aparecerá nem como suficiente tampouco eficiente, mas característico de um estágio passageiro no progresso da ciência. Mas se política e história são uma, então o historiador tem de apenas registrar, em puridade absoluta, a ação das forças públicas organizadas, logo ele merece ser lembrado, entre os melhores homens da Alemanha, como alguém que durante sua existência foi insuperável na narrativa medieval (ACTON, 1890, p. 310).

Giesebricht e Ranke teriam se aproximado de uma “história social”. São característicos de um “estágio passageiro no progresso da ciência”. Acton ainda faz uma reflexão sobre história e política que talvez dialogue com uma concepção corrente naquele momento, sendo o historiador alemão, Giesebricht, ‘insuperável’. O que entendia Acton por ciência ao julgar um determinado progresso? Qual a intenção do autor ao escrever daquela forma? Tendo em vista que se trata de um espaço de escrita para o leitor, estamos analisando um periódico, este é de certa forma um momento de prestação de contas também. Reunindo o texto do autor, a intenção do mesmo e o contexto de sua produção, podemos afirmar, por enquanto, que os trechos assinalados aqui podem indicar a concepção de história científica de dois importantes historiadores do período e que na experiência da *EHR* encontraram um local de enunciação. Temos uma base da “utensilhagem mental” desses autores.

Nosso texto se restringe aos trechos de artigos. Nas resenhas também catalogadas da Revista, pelo critério de atenderem a nossa pergunta teórica,

encontramos um local privilegiado para conhecer as “percepções mútuas”⁸ dos autores. É algo que Skinner chama atenção, a compreensão das intenções de um autor ao atacar ou defender um argumento, ao criticar ou contribuir com uma tradição de discurso. Nesse texto Skinner trata também do ato ilocucionário, herdado de J. L. Austin. Conhecer os motivos e intenções do autor é conhecer a relação com o que ele escreveu (SKINNER, 1972, p. 400). Segundo Ricardo Silva, Quentin Skinner reforça a dimensão ilocucionária dos atos de fala porque é ela que foi negligenciada pelas teorias convencionais do significado. Como já esboçamos acima essas teriam se concentrado na dimensão do texto em si e do da recepção do público. Compreender o *significado* de um texto histórico seria o mesmo que revelar o que o autor do texto *estava fazendo* ao escrevê-lo (SILVA, 2010, p. 308). Para isso, dever-se-ia estudar o modo como a intenção do autor se inscreve no contexto de convenções linguísticas em que o texto foi produzido (SKINNER, 1969, *apud*, SILVA, 2010).

Nesse sentido a reflexão da história dos conceitos de Reinhart Koselleck também nos serve de inspiração e referência teórica para o trato com a fonte. Aliás, num contexto de reflexão epistemológica mais geral, afirma Ricardo Silva que Koselleck junto com Skinner e ainda Mark Bevir, possuem em comum a rejeição ao epifenomenalismo, que seria a consideração do universo da linguagem como mero reflexo, mais ou menos direto, da realidade material (SILVA, 2009, p. 302). O que casa com nossa persistência no estudo do texto-fonte, na expectativa de compreender o seu significado. O que também pode nos amparar diante das leituras “mitológicas” de filtros que consideram as ideias intemporais.⁹

Para Valdei Araújo, apoiado em Koselleck, os conceitos são sintomas e produtores de transformações sociais. E com o *corpus* documental representativo é possível datar o momento em que um conceito nasce ou que novos significados são aderidos a velhas palavras (ARAUJO, 2008, p. 49).¹⁰ Acredito que os arquivos da *English Historical Review* de 1886 a 1902 são um desses *corpus* representativos. E se não for possível datar com precisão o nascimento de um conceito, existem conceitos

⁸ Expressão utilizada por Peter Wende (2006).

⁹ A referência a mito aqui diz respeito a reflexão de Skinner desenvolvida entre outros lugares no texto “Significado e Compreensão” publicado na *History and Theory* em 1969, que nos é dado notícia por Ricardo Silva (2010). Outra uso do termo foi feito por Sérgio da Mata em texto que desvenda o mito historiográfico sobre Ranke, no livro *A História pensada* (2010).

¹⁰ ARAUJO, Valdei. “História dos conceitos; problemas e desafios para uma releitura da modernidade ibérica”. *Almanack Brasiliense*, nº 7, maio de 2008.

trabalhados que não são coincidentes, nem muito menos naturais. São construídos dentro de um debate de metododização da história. Além do *historical* da revista podemos exemplificar com os termos *authorities*, *authoritative character*, *scientific*.

O termo “authorities” aparece no artigo de Acton sobre a historiografia alemã, ao analisar Ranke e foi discutido acima. O termo “authoritative character” aparece na resenha de Adolphus W. Ward sobre o livro de Edward Freeman, o “Métodos do estudo histórico”. A resenha foi publicada em 1887, e Ward considera como um dos melhores capítulos deste livro o que trata das “autoridades originais” para a revisão das características de autenticidade e certeza. O que estabelecia o método e não os métodos do estudo histórico, afirma. A importância principal do livro de Freeman seria a sua “característica de autoridade”, a *authoritative character*.¹¹

O termo *scientific* pode ser observado em diversas páginas. Desde o prefácio que espera que os contribuintes do periódico escrevam-lhes com um espírito científico, evitando qualquer problema de partidarismo. Até uma resenha de Acton, que considera uma postura de *scientific zero* necessária para a história. A resenha é sobre o livro “Uma história da Revolução Francesa”, de Morse Stephens, 1891. Ela é publicada na revista em 1892 e possui o seguinte trecho:

Se nós não temos um zero científico de onde partir, é inútil censurar uma corrupção, é mentira, ou traição ao próprio país ou ao próprio partido, e a moralidade e a história se separam (*go asunder*) (ACTON, 1892, p. 384).

A imparcialidade reclamada por Acton, carregada de seus princípios morais, deve ser entendida com cuidado. Nossa entendimento de objetividade, imparcialidade talvez não se identifique de imediato com o que é defendido nesse e em outros trechos. O que pode resultar em não compreensão ou até anacronismos.

É nesse sentido também que utilizamos da reflexão de Koselleck. Diante das mudanças de significado dos termos, dos conceitos, o autor elabora uma exigência metodológica: a obrigação de compreender os conflitos sociais e políticos do passado por meio das delimitações conceituais e da interpretação dos usos da linguagem feitos pelos contemporâneos de então (KOSELLECK, 2006, p. 103). A história dos conceitos, como desenvolvida por Reinhart Koselleck, é um método especializado da crítica de fontes, em termos políticos e sociais. E que pensamos em utilizá-lo em relação à história intelectual. Estabelece-se o repertório utilizado pelos historiadores da *Review* em determinadas discussões. Os debates da sessão de Notas já podem se referir a isso. O

¹¹ *EHR* (1887), pag. 360.

estoque de vocabulário, os termos que ora significam até mesmo uma posição religiosa ou política. Assim indicamos o fato e a maneira como os historiadores da Revista Histórica Inglesa teriam legitimado os estudos históricos de forma científica.

Referências Bibliográficas.

- BANN, Stephen. *A invenção da história*. São Paulo: Unesp, 1994.
- BENTIVOGLIO, Júlio. “A Historiche Zeitschrift e a historiografia alemã do século XIX”. *Revista História da Historiografia*, Ouro Preto: n° 6, março de 2011. pp. 81-101.
- COLLINGWOOD, R. G. *A Ideia de História*. Editorial Presença, 7º edição. Lisboa, 1989.
- IGGERS, Georg. *Historiography in the Twentieth Century. From Scientific Objectivity to the Postmodern Challenge*. Middleton: Wesleyan University Press, 1997.
- GOLDSTEIN, Doris S. “The origins of The English Historical Review”. In.: *English Historical Review*, vol. 101. London: Longmans, Green and Co. 1986.
- JANN, Rosemary. *The art and science of Victorian History*. Ohio State Universaty Press, 1985.
- KOSELLECK, R. *Futuro passado: para uma semântica dos tempos presentes*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica*. Brasília: EdUnB, 2010.
- SKINNER, Q. (1972), “Motives, Intentions and Interpretation of Texts”. *New Literary History*, vol. 3, no 2, pp. 393-408.
- TULLOCH, Hugh. “Lord Acton and German Historiography”, em STUCHTEY, Benedikt; WENDE, Peter. *British and German Historiography: 1750-1950. Traditions, Perceptions and Transfers*. German Historical Institute London, Oxford, 2006.
- WENDE, Peter. “Views and Reviews. Mutual perceptions of british and german historians in the late nineteenth century.” em STUCHTEY, Benedikt; WENDE, Peter. *British and German Historiography: 1750-1950. Traditions, Perceptions and Transfers*. German Historical Institute London, Oxford, 2006.

Fontes interpretadas.

As fontes aqui analisadas são encontradas nos volumes da *The English Historical Review* através dos sites: www.archive.org e www.jstor.com.

ACTON, Lord. “German Schools of History” *English Historical Review*, 1 (Janeiro 1886), 7-42.

Freeman (E. A.) Methods of historical study: por A. W. Ward, *The English Historical Review*, Vol. 2, No. 6 (Apr., 1887), pp. 358-360.

Stephens (H. M.) A history of the French revolution, II: por Lord Acton, *The English Historical Review*, vol. 7, (1892) 382-384.

ACTON, Lord. “Wilhelm Von Giesebricht” *English Historical Review*, 5 (abril 1890), 306-310, 18.

FISHER, Herbert A. L. “Fustel de Coulanges” *English Historical Review*, 5 (janeiro 1890), 1-6.